



Jornal do Sintraej

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços de Água e Esgotos Sanitários de Joinville

sintraej

sintraej

sintraej@gmail.com

(47) 98853-2458

Edição 08 | Maio de 2025 | www.sintraej.org.br

ASSEMBLEIA DO SINTRAEJ

Assembleia vai deliberar sobre o resultado das negociações com a CAJ para a data-base 2025



07/05



18h Primeira Chamada

18h30 Segunda Chamada



**Le Village
Business &
Coworking**

R. Dona Francisca, 364
Centro

Desmonte da CAJ

Pág. 2

Contra o corte de direitos, terceirização, falta de pessoal e de saúde e segurança

Riscos psicossociais

Pág. 4

A saúde mental dos trabalhadores não pode esperar: em defesa da aplicação da NR1 já!

Carestia de vida

Pág. 4

Índice da inflação não reflete a real queda do poder de compra da classe trabalhadora

DESMONTE AVANÇA NA CAJ E PREJUDICA TRABALHADORES E POPULAÇÃO

O Sintraj tem alertado sistematicamente sobre o desmonte em diversos setores da Companhia Águas de Joinville. Mas você sabe o que isso significa na prática?

Nos últimos anos, áreas como CMS, CMR, CSC, LCQ, CEM, atendimento e outras vêm sendo afetadas por cortes em adicionais de insalubridade, falta de pessoal, avanço acelerado na terceirização, entre outros problemas.

Além disso, o processo de elaboração de um novo Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LT-CAT), terceirizado para o Sesi junto a outras atividades relacionadas à saúde e segurança do trabalho, já dura mais de um ano e segue sem conclusão. Esse atraso compromete a validade das análises, pois várias condições já se alteraram nesse período.

O sindicato também tem denunciado alterações de

atividades sem negociação. É preciso compreender que os trabalhadores da CAJ ingressam por concurso público, com atribuições específicas previstas em contrato e que, conforme os artigos 468 e 611-A da CLT, alterações não podem ser realizadas sem mútuo acordo nem podem causar prejuízo ao trabalhador. Além disso, são passíveis de negociação com o sindicato, sendo que o negociado nesses casos se sobrepõe ao legislado.



No entanto, isso está sendo desrespeitado em várias áreas.

Não bastasse, nos últimos meses, setores como LCQ e CMS tiveram adicionais de insalubridade cortados para parte dos trabalhadores. Em alguns casos, isso ocorreu por retaliação; em outros, por má avaliação do risco. Para isso, foram limitados

escopos das funções, o que acaba impedindo substituições em caso de afastamentos e onerando a própria empresa. Estamos vendo situações absurdas em que trabalhadores concursados precisam acionar terceirizados para realizar atividades básicas, por não receberem adicional de insalubridade.

AVANÇA A ENTREGA DA CAJ À INICIATIVA PRIVADA

A terceirização segue sendo ampliada de forma assustadora em quase todos os setores da companhia. Segundo o Relatório de Sustentabilidade da empresa, em 2019, a CAJ contava com 435 trabalhadores concursados e 465 terceirizados. Já no último relatório, com dados de 2023, esse número subiu para 457 concursados e 823 terceirizados. Em outras palavras, apesar de dois concursos públicos realizados, em 2019 e 2023, o quadro de funcionários efetivos permaneceu praticamente o mesmo, enquanto o número de terceirizados quase dobrou.

Segue no planejamento da empresa ainda a PPP da Vertente Leste. Para isso, a qualquer momento o governo pode apresentar na Câmara de Vereadores a alteração da Lei 8727/2019, que criou a companhia e veda a subconcessão dos serviços de água e coleta e tratamento de esgoto. Com esta alteração, as portas estariam ainda mais escancaradas para a privatização.

O argumento da direção da empresa é que, sem esse aporte da iniciativa privada, seria impossível atender as metas de expansão até 2033. Sobre isso, é importante lembrar que o Novo Marco do Saneamento estabeleceu metas necessárias, mas também abriu a possibilidade de um aumento galopante do capital privado no setor. Acompanhado da falta de verbas públicas, isso significa uma estratégia privatista para entregar as empresas de saneamento com a população pagando pelos lucros.

No entanto, diante desse cenário, o que a direção da CAJ e o governo de Joinville, bem como seus representantes no Congresso, estão fazendo para cobrar e denunciar a falta de recursos públicos para o saneamento? Ou será que eles seguem calados porque está lucrativo para a iniciativa privada?

Ao final, além dos trabalhadores, sofre a população, com tarifas mais altas e serviços precários.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PCCS

Um dos temas que mais tem gerado revolta na CAJ é a avaliação de desempenho e, agora, o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), dois instrumentos atrelados e subjetivos.

A avaliação de desempenho se transformou em um mecanismo apenas punitivo, não contribuindo para o verdadeiro desenvolvimento dos profissionais e da companhia. Já o Plano de Carreira significou um reenquadramento infimo, diminuiu salários de entrada e foi usado como desculpa para que não houvesse progressão esse ano. As possibilidades de crescimento na carreira, por sua vez, seguem atreladas a uma avaliação de desempenho duvidosa, além de ficarem cada vez mais submetidas à decisão da

direção da empresa. Também não houve aumento na verba destinada às progressões. Dessa forma, longe do objetivo de um PCCS, os trabalhadores não conseguem enxergar o que é realmente preciso fazer para crescer, pois, ainda que atendam a todos os critérios, podem simplesmente não progredir.

Por esse motivo, segue na Pauta de Reivindicações a exigência da alteração de cláusula do ACT, para que ele seja objeto de negociação coletiva com os sindicatos e esteja em acordo coletivo – não apenas em resoluções que a direção da empresa elabora, altera e cumpre somente quando deseja.

Em relação à avaliação, pede-se que ela seja desatrelada das progressões, deixe de ser um instrumento de demis-

são, e seja transformada em um protocolo de acompanhamento e desenvolvimento real dos trabalhadores.

Faça como diversos outros trabalhadores e assine o abaixo-assinado contra a avaliação de desempenho:



Envie sua opinião sobre o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários e contribua para um dossiê a ser entregue para a direção da CAJ*.



ASSEMBLEIA VAI DELIBERAR SOBRE O RESULTADO DAS NEGOCIAÇÕES COM A CAJ PARA A DATA-BASE 2025

A Campanha Salarial para a data-base de 2025 já está em curso. É hora de nos mobilizarmos para garantir a manutenção e ampliação dos nossos direitos. Para isso, a presença de todos os trabalhadores da Companhia na próxima assembleia, no **dia 7 de maio**, é essencial. A atividade será no auditório do **Edifício Le Village Business & Coworking, na rua Dona Francisca, 364, às 18h em primeira chamada e às 18h30 em segunda chamada.**

A pauta de reivindicações da categoria foi elaborada coletivamente, aprovada na assembleia de 9 de abril e entregue à empresa em 11 de abril (confira no QR code). No dia 23 ocorreu a primeira rodada de negociação entre o Sintraej e a empresa. Foram quatro horas de reunião em que os diretores do sindicato apresentaram e defenderam cada uma das pautas construídas e aprovadas coletivamente pela categoria.

REIVINDICAÇÕES

Entre as reivindicações apresentadas pela categoria estão: reajuste de salário de 14 meses de inflação (já que no ano passado foram repostos apenas 10), mais 5% de reposição salarial; aumento

do vale-alimentação para R\$ 1.540; diminuição dos custos de coparticipação do plano de saúde; aumento de auxílio-creche/babá para R\$ 1 mil; alterações nas licenças de acompanhamento e remuneradas; flexibilização do horário de almoço; aumento do limite de triênios dos atuais seis (18 anos de empresa) para 10 (30 anos de empresa); redução de carga horária sem redução de salário, entre várias outras pautas.

É importante ressaltar que **diversas reivindicações apresentadas não geram custos para a empresa**, dependendo apenas da boa vontade da diretoria em ouvir os trabalhadores e valorizá-los. Exemplos são: flexibilidade no horário de almoço entre 30 minutos e 1h30, ampliação da idade dos dependentes nos planos de saúde e odontológico para até 21 anos e 24 se estudando, liberação para assembleias da categoria durante o horário de expediente, a estabilidade de emprego, entre outros.

Este ano, a categoria também inicia uma importante luta em defesa da garantia de estabilidade de emprego em acordo coletivo. Essa é uma cláusula comum em acordos

de empresas públicas de todas as esferas. A experiência das demissões sem direito de ampla defesa que têm ocorrido na CAJ tornam este tema ainda mais urgente.

Vários outros pontos contra o desmonte da companhia, que já vinham sendo apresentados à direção da CAJ na mesa de negociação permanente e a partir da paralisação de 23 de janeiro, também foram reafirmados (leia na página 2).

NEGOCIAÇÕES

A avaliação do sindicato sobre a primeira negociação é que, embora toda a pauta tenha sido apresentada, ela ainda não avança em nada. A empresa não apresentou nenhuma proposta concreta para além da reposição da inflação devida e de afirmar que quer mudar a data-base da categoria para março, o que significaria uma reposição de apenas 10 meses em 2026.

Sobre este último tema, os trabalhadores da CAJ rejeitaram em assembleia em anos anteriores, pois a justificativa sobre as regras eleitorais aplicadas pelo governo Adriano e pela CAJ nas últimas eleições são uma interpretação

equivocada da lei eleitoral. Além disso, ainda que se siga essa interpretação, existe a possibilidade de antecipação das negociações a cada quatro anos, conforme o sindicato sempre solicita. Também não há impedimento em se fechar um acordo com ganho real antecipadamente nesses anos. Por outro lado, a mudança para março enfraquece a possibilidade de unidade de classe com outras categorias (majoritariamente com data-base em maio), além de prejudicar a discussão democrática da pauta e a mobilização da campanha salarial, pois no início do ano muitos estão em férias.

O sindicato solicitou ainda mais uma reunião antes da assembleia do dia 7, mas até o fechamento deste jornal ainda não havia confirmação da empresa.

Recursos para valorizar mais os trabalhadores existem. Em março, a companhia publicou as demonstrações contábeis de 2024. O documento deixa claro como **nossa empresa é lucrativa, apresentando uma crescente na receita líquida e um lucro de R\$ 74 milhões no ano**. Desse resultado positivo, 25% é des-

tinado à prefeitura como dividendos sem nenhuma contrapartida. Enquanto isso, os trabalhadores da CAJ veem cada vez menos perspectivas de crescimento na companhia e precisam lutar a cada negociação salarial por um ganho além da inflação, que ano após ano lhes é negado.

MOBILIZE-SE!

No entanto, é importante ressaltar que **nunca na história da classe trabalhadora direitos foram conquistados sem luta**. Por isso, o Sintraej reafirma que a **manutenção e ampliação de direitos é resultado direto do tamanho e intensidade da mobilização dos trabalhadores.**

Participe da próxima assembleia e mobilize-se!

Confira a pauta de reivindicações



ASSEMBLEIA DO SINTRAEJ!

**07
MAI**

18h Em primeira chamada
18h30 Em segunda chamada

Auditório do Edifício Le Village Business & Coworking
(Rua Dona Francisca, 364, Centro)





A SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES NÃO PODE ESPERAR: APLICAÇÃO DA NR-1 JÁ!

Recentemente, a legislação trabalhista brasileira deu um passo significativo ao incluir na NR-1 a obrigatoriedade de as empresas promoverem e garantirem a saúde mental dos seus funcionários. Essa mudança reflete uma crescente preocupação com os impactos psicossociais no ambiente de trabalho, especialmente em um contexto onde transtornos como ansiedade, depressão e síndrome de burnout têm se tornado cada vez mais comuns.

Dessa forma, riscos como estresse, assédio e carga mental excessiva, devem ser identificados e gerenciados pelos empregadores como parte das medidas de proteção à saúde dos trabalhadores.

A atualização da norma apresenta um pequeno avanço na proteção ao trabalhador, especialmente ao reconhecer que a saúde mental é tão importante quanto a física, deixando claro que as empresas não podem mais fechar os olhos para comportamentos abusivos que geram sofrimento psicológico.

No entanto, apesar desse avanço, o empresariado brasileiro pressiona para que a aplicação da nova regra seja adiada por um ano.

Diante disso, cabe às entidades de classe e centrais sindicais de todo o país exercerem seu papel de pressão e mobilização, cobrando a aplicação imediata da NR-1. Internamente, na CAJ, é preciso cobrar que o planejamento para

o cumprimento dessa norma ocorra desde já, pois ainda que adiada, no momento em que entrar em vigor ela precisa ser plenamente cumprida.

A saúde dos trabalhadores não pode esperar. Garantir ambientes de trabalho que respeitem a dignidade, o bem-estar e a integridade mental dos trabalhadores deveria ser o mínimo.

Aos trabalhadores da Companhia Águas de Joinville, o Sintraej orienta denunciar todas as situações de assédio ou casos em que haja omissão da empresa perante situações que prejudiquem a saúde mental. Participe das atividades do sindicato e vamos juntos cobrar medidas e ações concretas que garantam o cumprimento da NR-1.



A INFLAÇÃO AFETA CADA VEZ MAIS O TRABALHADOR

A crescente dificuldade enfrentada pelos trabalhadores para manter o poder de compra, especialmente em relação aos alimentos, não é mera percepção: trata-se de um fato comprovado pelos índices oficiais divulgados por órgãos como o IBGE.

A inflação está alta — o IPCA acumulado dos últimos doze meses é de 5,48%, segundo o IBGE — e tem impactado de forma significativa a vida da população, com aumentos expressivos nos preços de itens essenciais.

Segundo reportagem da Gazeta do Povo, publicada em setembro de 2024, entre janei-

ro de 2020 e agosto de 2024, os preços dos alimentos para consumo em casa subiram quase 49%, enquanto a inflação geral foi de cerca de 31%. Itens básicos como arroz, feijão, frutas, verduras e legumes tiveram aumentos que chegaram a mais de 90%, afetando especialmente as famílias de baixa renda, que destinam a maior parte de sua renda à alimentação.

Como os salários são corrigidos pela inflação média, essas famílias viram seu poder de compra despencar, sendo obrigadas a gastar mais para levar menos comida para casa.

E não é só o custo dos alimentos: os combustíveis tam-

bém subiram até quatro vezes acima da inflação em 12 meses. Os mais comuns, — etanol e gasolina — tiveram aumentos de 21,6% e 10,3%, respectivamente. Isso impacta não apenas os veículos de passeio, mas também o custo do transporte coletivo e dos fretes.

No caso dos aluguéis, de acordo com dados do índice FipeZap, o ano de 2024 terminou com uma valorização acumulada de 13,50%, quase o triplo da inflação do período (4,83%). Em Joinville, os aluguéis subiram 17,94%, o segundo maior aumento do país, com um preço médio de R\$ 33,17/m².

Enquanto os salários continuam sendo reajustados pela inflação média, o custo da cesta básica e de itens essenciais dispara. Isso significa perda real do poder de compra, mesa mais vazia e uma vida mais difícil para quem vive do próprio trabalho.

Por isso, lutamos por uma reposição salarial em 5% acima da inflação e aumento do vale-alimentação para R\$ 1.540.

É hora de fortalecer a luta por reajuste com ganho real e valorização do trabalhador!

UNIÃO COM TRABALHADORES URBANITÁRIOS

Nos dias 14 e 15 de abril, o Sintraej participou do planejamento da Federação dos Urbanitários da Região Sul (Fesul), em Florianópolis. Nossa categoria participa nessa entidade com a vice-presidência e uma suplência. Na atividade, discutiram-se importantes reivindicações e lutas conjuntas dos trabalhadores do saneamento e energia da região.

